

A GLOBALIZAÇÃO E A COMUNIDADE DE NAÇÕES

FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA*

1. CARACTERIZAÇÃO

Pode-se afirmar que a Globalização, na Comunidade de Nações, foi implementada, a partir de 1989, quando a Bipolaridade de Poder deixou de existir, com a desestruturação político-institucional da Aliança Oriental, liderada pela União das República Socialistas Soviéticas (URSS).

A Bipolaridade de Poder dominou as relações internacionais durante quarenta e cinco anos, impossibilitando que a Globalização fosse incrementada, tendo em vista a predominância da problemática ideológica, em detrimento dos interesses nacionais, bilaterais e multilaterais.

A partir de 1990, a Multipolaridade de Poder passou a predominar nas relações internacionais. Os interesses comerciais passaram a dominar os entendimentos internacionais. As guerras regionais e periféricas, foram sendo, paulatinamente aplacadas. Os entendimentos superaram as discórdias. Os países passaram a constituir uma nova ordem internacional política e econômica, alicerçada na diplomacia, nas negociações, bilaterais e multilaterais.

A Alemanha conseguiu a sua unidade política. Inclusive países diminutos no cenário internacional, como o Lêmen, também conseguiu a unidade nacional. O Estado de Beligerância foi arrefecido com a derrota militar do Iraque, causada pelas nações ocidentais lideradas pelos Estados Unidos da América, depois da invasão e anexação política do Kuwait, em meados da década, na operação denominada Tempestade do Deserto.

Outrossim, os EUA e o Vietnã, inimigos históricos por três décadas, resolveram equacionar as divergências, normalizando as relações diplomáticas bilaterais. Fato semelhante ocorreu no Cambodge e Laos, a antiga Indochina Francesa.

Governos ditatoriais como o de Saddam Hussein, no Iraque; Muammar El Kadhafi, na Líbia; Fidel Castro, em Cuba; Kim Jong Il, na Coréia do Norte, e tantos outros, foram isolados

politicamente, no contexto das relações internacionais, e mergulharam em graves crises sociais e políticas. Ao mesmo tempo, a Globalização ganhava espaço internacional, pautada no trinômio - Integração, competitividade e complementaridade.

As nações reconheciam cada vez mais a impossibilidade de superar obstáculos internos e internacionais, defendendo interesses individuais. Os interesses coletivos ocuparam lugar de destaque no cenário regional e mundial. Por conseguinte, a Interdependência suplantou soberbamente a auto-suficiência. As Vantagens Comparativas Relativas, tão apregoadas por David Ricardo na fase inicial da Revolução Industrial, no início do século XIX, ganhou nova roupagem, permitindo que processos estagnados de União Econômica fossem reativados, de forma realista.

Dentro deste contexto, surgiu o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), na América do Sul, em substituição à ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), de 1980.

O fim do bloco socialista do Leste Europeu, possibilitou que as nações ocidentais da Europa, redirecionassem seus investimentos para esta parte geográfica do continente, com a finalidade de integrar países como Polônia, República Tcheca, República Eslovaca, Romênia, Hungria, Bulgária, Letônia, Estônia, Lituânia e Ucrânia, na Comunidade Econômica Européia (CEE), até 2005.

Os blocos econômicos regionais passaram a ser priorizados, em detrimento de tentativas globais de integração. Por exemplo, a ALCA (Associação de Livre-Comércio das Américas) é apenas uma promessa, lançada em 1992, pelo então Presidente dos EUA, George Bush, em final de mandato. A prioridade é a integração regional, quer seja entre os países ricos e industrializados, subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Entretanto, a longo prazo o objetivo da Interdependência é pela criação dos Estados Continentais. A CEE é o bloco econômico mais avançado, na Comunidade de Nações, tendente a atingir esta finali-

dade, mesmo com a desaceleração do processo, em razão da absorção dos países do Leste Europeu.

Ao estudar a evolução política e econômica da Humanidade, é possível observar que a busca de constituição dos Estados Continentais é contínua e ascendente, apesar das guerras. Desde a economia coletora que o Homem procura a unidade, a interação, a integração. No derradeiro ano do século XX, os países vivem a fase de transição da Economia Industrial para a Economia Pós-Industrial. Sendo características marcantes desta nova Economia o desenvolvimento sustentado; a preservação do Meio-Ambiente; a Informática como meio implementador do processo de tomada de decisão e transformador dos hábitos e costumes da sociedade; e a Integração Econômica.

Preservar o Meio-Ambiente não significa tolher a capacidade de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, na implementação do crescimento econômico. O desenvolvimento têm de continuar. Mas pautado em políticas racionais, direcionadas para a utilização dos recursos naturais em prol da sociedade. Desenvolver não significa depredar, dilapidar as florestas, a fauna, e sim, otimizar a utilização dos recursos existentes, nas atividades produtivas.

O Estado Continental já foi tentado, com relativo sucesso, em fases anteriores da Humanidade. O Império Romano é um exemplo típico deste Estado. Partindo da Europa, conquistou a Euro-Ásia e atingiu a Ásia Menor. Deixou legados importantes para os países e a sociedade, principalmente no âmbito do Direito e da Política. O Imperador Francês, Napoleão Bonaparte, também instituiu um Estado Continental na Europa, entre 1808 e 1815. Apesar de derrotado militarmente pelos ingleses em 1815, na famosa Batalha de Waterloo, hoje Bélgica, seu legado político continua atual e intensamente estudado pelos cientistas políticos, tendo sido transformado em estadista.

Sem entrar no mérito da questão sócio-política, Adolf Hitler buscou a consolidação do Estado Continental Europeu entre 1930 e 1945. Conseguiu relativo sucesso no objetivo delineado. O erro cometido não estava no Ideário Político, e sim no meio implementador, a força das armas, e não a diplomacia. Mas não se pode tirar-lhe o mérito de ter governado quase toda a Europa e Euro-Ásia ao longo de seis anos, sem aliados políticos significativos.

A Bipolaridade de Poder surgida com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945, se constitui em uma nova tentativa dos países vitoriosos da guerra, em estabelecer Estados Continentais ainda pautados na força das armas, dos conflitos regionais e internacionais. Somente com o passar dos anos, das décadas, as duas superpotências, EUA e URSS, puderam perceber a impossibilidade de atingir este objetivo, sem colocar em risco a própria existência da Humanidade no Planeta, como conseqüência dos Arsenais Nucleares, Químicos e Bacteriológicos, desenvolvidos.

Foi esta conscientização da iminência de uma Terceira Guerra Mundial catastrófica, que inviabilizou a implementação dos objetivos bélicos pretendidos. Era do conhecimento dos Estados Unidos da América que um ataque nuclear surpresa à URSS, não seria capaz de destruir seus arsenais atômicos, permitindo à Moscou reagir a agressão. A recíproca era verdadeira com relação a um ataque nuclear soviético aos americanos.

Desta forma, a marginalização do uso da força militar para atingir os objetivos pretendidos na Comunidade de Nações, decorreu do formidável aparato militar armazenados pelas Alianças Ocidental e Oriental.

A partir da década de 1980, o estado de beligerância entre as superpotências cedeu lugar ao gradual entendimento e arrefecimento dos conflitos periféricos e regionais. Os EUA, como superpotência havia sido derrotado militarmente pelos vietnamitas em 1973. A URSS, também como superpotência, havia sido derrotada militarmente pelos afegãos em 1989.

A diplomacia, os entendimentos bilaterais e multilaterais, os interesses econômicos e comerciais, a problemática regional, passaram a superar a guerra ideológica. A globalização é implementada. E a

ideologia política esquecida.

“O fim do bloco socialista do Leste Europeu, possibilitou que as nações ocidentais da Europa, redirecionassem seus investimentos..”

2. PENDÊNCIAS

Como resquício da Guerra Fria aparecem alguns obstáculos que maculam o pleno sucesso da globalização. Assim discriminados:

1. A Questão do Narcotráfico: Este é um problema que envolve todas as nações, no bojo da Comunidade de Nações. Países ricos e pobres estão mergulhados neste problema, sem perspectiva de solução a curto prazo. Apesar da ação enérgica de uma gama significativa de países, o Narcotráfico se expande mundialmente, pela parcimônia de outros países, cujos governantes, autoritários, utilizam este meio ilegal de acumulação de capital, para atingir objetivos escusos. A América Latina; a África Negra e o Sudeste da Ásia, são as regiões geográficas mais sensíveis a este problema. Países como Suriname, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Angola, Congo, Ruanda, Burundi, Filipinas, Birmânia, Nepal, Butão, Iêmen, Cambodge, Afeganistão, dentre outros, institucionalizaram o narcotráfico, como fonte de renda e de divisas internacionais, abastecendo mercados, e possibilitando o surgimento de Estados de Facto, não de Jure. Movimentos guerrilheiros ditos de esquerda, utilizando artificialmente os interesses coletivos, dão proteção aos traficantes de entorpecentes, em troca de pedágio financeiro para a continuação da luta armada. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), são exemplos desta colocação. Estados narcotraficantes conclui esta formulação, merecendo destaques a Birmânia do General Ne Win; o Suriname, comandado pelo Coronel Desi Bouthese e seu filho Dino; e o Afeganistão dos Talibãs e do multimilionário saudita Osama Bin Laden;

2. As guerras mercenárias: Concluído a fase da Guerra Fria, em 1990, nem todos os conflitos surgidos nesta fase foram encerrados. Muitos sofreram processos de mutação e continuaram mais intensos do que antes.

Angola, país da África Ocidental, ex-colônia portuguesa até novembro de 1975, é um exemplo desta formulação. Primeiro, mergulhou em uma guerra civil pela independência política. Depois, durante quinze anos, foi envolvida em conflito periférico, de cunho ideológico. E a partir de 1990, vive mergulhada em uma guerra mercenária pelo domínio das riquezas nacionais. Os atores das três fases distintas da guerra civil são os mesmos. De um lado o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), liderada pelo Presidente José Eduardo dos Santos. De outro lado, dominando 50% do território nacional e instituindo a República de Jamba, Estado de Facto, está a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), liderada pelo cientista político Jonas Savimbi. Como pivô do conflito, as riquezas minerais do país, notadamente os poços de petróleo do Enclave de Cabinda e as minas de diamante do Sul. O conflito promete durar muitos anos. A não ser que a multinacional sul-africana diamantífera De Beers, páre de comprar o produto de Savimbi e/ou os EUA deixem de adquirir o petróleo negociado por Luanda. A corrida armamentista continua na Região;

O Congo Kinshasa, ex-Zaire, outro país da África Ocidental, depois de trinta anos de ditadura comandada pelo General Mobutu Sese Seko, deposto e recentemente falecido, vive outra ditadura liderada pelo aventureiro Laurent Desiré Kabila. Existe uma guerra civil interminável neste grande país africano, rico em minerais. De um lado, os militares liderados pelo Presidente, com o apoio dos governos de Angola e Zimbabue. Do outro lado, civis e militares descontentes com os caminhos tomados pelo país depois da deposição de Mobutu, contando com o apoio dos governos de Uganda, Ruanda e Burundi. No meio da questão, como pivô, o controle das minas de diamantes do país. Recentemente, como pagamento pelo apoio militar recebido, Kinshasa entregou para o ditador de Zimbabue, ex-Rodésia, Robert Mugabe, duas minas de diamantes.

Portanto, a questão crucial deste país não é ideológica ou étnica, e sim econômica e comercial. Os soldados e mercenários disputam o controle das minas, da riqueza nacional. Enquanto houver procura por diamantes, haverá guerra;

Serra Leoa é outro país africano que vive mergulhado em uma guerra civil interminável, envolvendo facções políticas rivais e tribais, mercenárias, cujo objetivo é o controle das minas de diamantes. Esta guerra civil está a completar uma década, sem solução aparente. A OUA (Organização da Unidade Africana) já enviou diversos contingentes militares para pacificar o país, sem sucesso. Da mesma forma já procedeu a Organização das Nações Unidas (ONU), também sem sucesso. O Reino Unido recentemente enviou forças militares para proteger os estrangeiros residentes no país e tentar por ordem na Capital, Freetown, mas não obteve sucesso. A força motriz deste conflito são as minas de diamantes. Tanto é verdade que há dois anos passados, houve um breve período de paz entre as facções do Presidente Ahmad e do Líder Rebelde Freddy Foday. Foi oferecido a Foday a vice-presidência. Mas ele preferiu ser Ministro das Minas. Isto demonstra o real interesse econômico do conflito;

A Somália, desde o fim da Bipolaridade de Poder em 1989, quando foi deposto o General Mohammed Siad Barre, já falecido, que sofreu fragmentação tribal, com o surgimento de vários países de facto, que comercializam normalmente com o exterior e continuam mergulhados numa guerra civil interminável. Há cinco anos passados, os Estados Unidos da América, com o intuito de restaurar a ordem política no país, e com o aval da ONU, enviou formidável força militar a Mogadiscio, Capital do Estado. Foram derrotados pelos guerrilheiros tribais e islâmicos, tendo de deixar o território ocupado na calada da noite, depois de muitas perdas humanas, inaceitável para a sociedade americana, para nunca mais voltar. A guerra continua. O país é rico em minerais. O diamante é a força implementadora do conflito;

Ruanda e Burundi, na metade da década de 1990, mergulharam em uma guerra civil sangüinária. De

um lado, a etnia Tutsi. De outro lado, a etnia dos Hutus. Saldo preliminar do conflito: um milhão de mortos. Tal fato levou a ONU, através da Corte Internacional de Justiça (CIJ), a constituir um Tribunal Internacional Específico, com sede em Haia, Holanda, para julgar os responsáveis nos dois países, pela incidência de guerra genocida. Os julgamentos continuam, sem prazo para conclusão. E a guerra não foi resolvida. O ódio racial persiste, sem solução aparente.

Estes são alguns fatos importantes que caracterizam a guerra mercenária nas relações internacionais. São empecilhos para a expansão da globalização. São empecilhos para o fortalecimento da interdependência.

“Ruanda e Burundi, na metade da década de 1990, mergulharam em uma guerra civil sangüinária. De um lado, a etnia Tutsi. De outro lado, a etnia dos Hutus. Saldo preliminar do conflito: um milhão de mortos.”

3. PONTOS FAVORÁVEIS

Nos últimos dois anos fatos políticos importantes ocorreram, contribuindo para o fortalecimento da Globalização, via Integração e Interdependência, no contexto da Comunidade de Nações. Merecem ser destacados os seguintes:

1. No Reino do Marrocos faleceu, de morte natural, o Rei Hassan II, que exerceu o poder de forma absoluta. Enquanto vivo, Hassan II impediu a solução da Questão do Saara, conquanto não manteve entendimento com a Frente Polisário de Libertação Nacional (FPLN), que luta, desde 1975, pela constituição de um Estado soberano e independente, na antiga colônia espanhola. Rica em fosfato, e estratégica, do ponto de vista geopolítico, este território foi anexado ao Marrocos, que não aceitava sequer discutir princípios de autonomia interna. O Rei falecido governava ditatorial

mente, e ao longo de trinta anos sufocou vários levantes civis e militares contra a monarquia. Foi substituído pelo seu filho, Mohammed VI, bastante jovem, cujo primeiro ato como monarca foi libertar todos os prisioneiros políticos encarcerados pelo Pai, ao mesmo tempo em que prepara o país para a realização de eleições gerais, com o objetivo de transformá-lo em uma monarquia constitucional. O Rei Hassan era um político da Guerra Fria, da Bipolaridade de Poder. Mohammed VI, educado na Europa rica e industrializada, nos melhores colégios do Continente, é um político da Globalização, que busca o entendimento, a concórdia. A substituição foi sumamente benéfica para a região e para a Comunidade de Nações;

2. Na Jordânia, faleceu vítima de câncer, o Rei Hussein, também há mais de trinta anos no poder, tendo enfrentado, ao longo do tempo, inúmeras tentativas de questionamento da Monarquia, inclusive por parte dos Palestinos, que representam 50% da população do país. No plano da política internacional, desde os acordos de Camp David, assinados por Anwar El Sadat, do Egito, e Menachen Begin, de Israel, que normalizou as relações diplomáticas entre os dois países, eliminando com o estado de beligerância, que buscou diminuir o clima de hostilidade e desentendimento entre os judeus e o seu Reino Hachemita. Nos últimos anos de vida, contribuiu sobremaneira, para a consolidação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), nos territórios previamente estabelecidos para a criação do Estado Palestino, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. É resultado diplomático seu a aceitação, por Israel, de Yasser Arafat, no comando da ANP, na margem Ocidental do Rio Jordão. Com o falecimento, assumiu o trono, o filho mais velho, Rei Abdullah, também educado na Europa, casado com a Rainha Raina, uma palestina, que pretende transformar o país em uma Monarquia Constitucional, e continuar com o trabalho diplomático do pai, em prol da paz regional, do fim dos desentendimentos entre árabes e judeus, e da criação do Estado Palestino;

3. Recentemente, veio a falecer em Damasco, Capital da Síria o mais enigmático líder árabe dos

últimos trinta anos. Estou a falar de Hafez El Assad. Faleceu, de morte natural, o que é raridade na região, cujo passado não muito distante, é o da disputa de poder, pela força das armas. Assad assumiu o poder depois da derrota árabe para Israel, na guerra dos seis dias em 1967. Participou da guerra contra o Estado Judeu, em 1973, tendo sido derrotado militarmente. Sobreviveu a este fracasso, na esperança de algum dia recuperar as Colinas de Golã, ocupadas militarmente pelo inimigo. Modernizou o Estado Sírio, a seu modo. Como dois terços da população síria têm menos de trinta anos de idade, eles não conheceram outro governante a não ser o próprio Assad, chamado de Leão de Damasco, e respeitado internacionalmente, pela palavra empenhada, e pelas decisões adotadas. O seu falecimento aos sessenta e nove anos de idade, levou ao poder seu filho mais novo, Bashar El Assad de apenas trinta e quatro anos de idade. A peculiaridade na transição Síria diz respeito à institucionalização da República Dinástica, no Oriente Médio. A Síria não é uma Monarquia, e sim uma República. Mas a sucessão de poder, obedece os mesmos preceitos vigentes nas Monarquias. Os filhos substituem os pais. Assad deveria ter sido substituído pelo filho mais velho, Rafic. Mas, em 1994, de acidente automobilístico, veio a falecer. Daí a ascensão de Bashar ao poder com tão pouca idade e muita responsabilidade. É médico oftalmologista, formado na Europa. Terá a responsabilidade de continuar com os entendimentos diplomáticos com Israel, com a finalidade de assinar um Acordo de Paz. Terá a responsabilidade de recuperar as Colinas de Golã. Terá, também, a responsabilidade de retirar as tropas sírias que estão no Líbano há vinte e cinco anos. E deverá conter os questionamentos de políticos e militares interessados no seu cargo. Entretanto, para a globalização, esta substituição, em Damasco, é relevante. Assad se constituía no principal empecilho ao entendimento regional. Bashar, juntamente com os jovens Reis Abudallah e Mohammed VI, deverão alterar, para melhor, a situação política do Oriente Médio;

4. Enquanto ventos liberalizantes surgem na Síria, Jordânia, Marrocos e ANP, no Iraque, no bojo da chamada República Dinástica, o ditador Saddam Hussein, há vinte

anos no poder, já designou o seu filho mais velho, Uday, como seu sucessor político. Há bem pouco tempo passado, Uday passou a ocupar o primeiro cargo político da sua vida, o de Presidente do Parlamento Iraquiano. Isto é uma demonstração de que Saddam já decidiu quem será seu sucessor, quando o momento ocorrer. Por outro lado, não há o que comemorar com esta designação. Apesar de jovem, Uday segue a linha política do pai. Não foi educado na Europa, e sim no próprio país, tendo aprendido que o poder é conservado pela força, com o emprego da repressão. É o comandante da Guarda Pretoriana Republicana, que protege o ditador e sua família. Guarda Pretoriana tão bem equipada, que é detentora de tanques e aviões. Depois da Operação Tempestade no Deserto, sob o comando do pai, liderou a repressão aos opositores. As nações ocidentais não conseguiram derubar Saddam Hussein do poder, ao derrotá-lo militarmente no início da década de 1990. Foi um erro estratégico dos ocidentais, não terem ocupado militarmente a Capital do Iraque, Bagdá. Com isso, Hussein conservou o poder, restaurou a estrutura militar anterior, e designou seu filho como herdeiro político. É um obstáculo ao entendimento no Oriente Médio, pois Saddam e Uday são inimigos de Israel, da Síria, do Irã e do Egito;

5. A República Dinástica se faz presente também na Líbia. O ditador Muammar El Khadhaffi, no poder há trinta anos, está a transformar seu filho em herdeiro político. Khadhaffi, assim como Saddam Hussein, são líderes da Bipolaridade de Poder, da Guerra Fria, não comportando suas existências políticas, no mundo globalizado. Devem ser substituídos para o bem do Oriente Médio, para que a região, mergulhada há cinquenta e um anos em conflitos armados intermitentes, consiga finalmente a paz e a prosperidade econômica e social;

6. Finalmente o Irã. Não é uma nação árabe. E sim, uma nação persa. Mas está inserida no contexto do Oriente Médio, desde a monarquia do Xá Reza Phalavi, na década de cinquenta do corrente século. A partir de 1979, transformada em República Islâmica Xiita, neste início do ano 2000 sofreu

transformações liberalizantes, com a vitória da Ala Moderada dos Ayathollas, liderada pelo Presidente Mohammed Khatami, sobre a Ala Radical, liderada pelo Líder Espiritual do País, Alí Khamenei, nas eleições parlamentares realizadas. O mais surpreendente neste acontecimento, foi o respeito da vontade popular, pelos líderes conservadores. Apesar das ameaças de que o regime sofreria um enrigecimento, tal fato não ocorreu. Teerã demonstra que uma República Islâmica pode ser democrática. Não existe contradição entre o Islamismo e a Democracia. Apesar de inimiga de Israel, existem fortes rumores internacionais, que judeus e iranianos já estão a negociar suas divergências. Durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), os judeus ajudaram, com informações e equipamentos militares, as Forças Armadas Iranianas. Por outro lado, durante a Operação Tempestade no Deserto, o Irã retribuiu aos Judeus, fornecendo informações sobre os Mísseis Scud, de fabricação soviética, que ameaçavam a integridade e soberania de Israel. Este é um ponto positivo da política regional do Oriente Médio;

7. Fora do Oriente Médio, em junho de 2000, com atraso de quarenta e sete anos, começou a ser resolvido a divisão política da Península Coreana. Os Presidentes da Coreia do Sul e do Norte, se reuniram em Pyonyang, Capital do Norte, pela primeira vez, depois do fim da guerra, com objetivo de discutir os termos do tratado de paz a ser assinado, bem como, a possível reunificação do país. Tal fato somente foi possível, em razão do fim da Bipolaridade de Poder, do Isolamento Político Internacional da Coreia do Norte, como consequência da continuação de seu programa nuclear autônomo, sem controle da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), e da escassez de alimentos, causada pelas catástrofes naturais, que abalaram a produção de grãos. A Coreia do Norte é a primeira República Dinástica que se têm notícia. Com uma característica adicional - República Dinástica Comunista. Kim Il Sung governou o país por quarenta anos. Em 1994 faleceu, de morte natural. Seu filho mais velho, Kim Jong Il ocupou o seu lugar, e permanece como líder supremo do país. Não há eleição. Não há oposição. Não há alternância

de poder. Como resultado do isolamento político, defendido por Sung e Jong, o norte continua sendo um país agrário, pobre. Falta-lhe capital e tecnologia. O sul, com o término da guerra, se transformou em uma nação capitalista e moderna. É considerada uma das mais prósperas economias da Ásia. Faz parte dos chamados Tigres Asiáticos. É exportadora de capital e tecnologia. É, acima de tudo, um país rico e industrializado. Portanto, a tendência é o Sul absorver o Norte. A política de reunificação possibilitará à Coreia maiores condições de competitividade regional e global, a semelhança do ocorrido com a Alemanha em 1989. Indiscutivelmente, este é um ganho significativo para a globalização política e econômica.

Estes pontos favoráveis estão a contribuir para o fortalecimento da economia internacional. Economia internacionalizada, pois o Produto Interno Bruto dos países passam a agregar mais e mais riquezas geradas fora das fronteiras nacionais.

“A Comunidade de Nações entrará no século XXI com um panorama internacional diferente do vigente na passagem do século XIX para o século XX.”

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunidade de Nações entrará no Século XXI com um panorama internacional diferente do vigente na passagem do século XIX para o século XX. O Estado de Beligerância, da animosidade, de guerras ideológicas e periféricas, de movimentos guerrilheiros autoritários e totalitários, cedem lugar para o comércio internacional, para o sistema financeiro internacional, para a informatização e automação da produção. Os Estados Continentais estão se transformando em realidade. Com uma diferença básica dos modelos anteriores. São Estados concebidos através das negociações diretas, bilaterais e multilaterais. São Estados concebidos pela diplomacia, pautado no

Direito Internacional. Os guerreiros cedem lugar aos negociadores. O Direito Interno, o Nacionalismo Exacerbado, cedem lugar aos interesses regionais, ao respeito dos Acordos, Tratados e Convenções Multilaterais. A vontade expressa de um único Estado, deixa de ter importância, com a prevalência dos interesses globais.

A nação mais poderosa economicamente do mundo, os Estados Unidos da América, têm consciência que a riqueza nacional é elevada em face dos mercados mundiais. A interdependência transforma os americanos nos maiores parceiros individuais da Comunidade de Nações. É comum a presença de produtos de origem e capital americanos, nas regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas do Planeta. A cada dia que passa, tamanha é a pulverização das empresas, do capital, que fica difícil rotular a origem do mesmo.

A tecnologia é um bem global. Os países devem ser competentes para tê-la presente. Assim, Capital, Tecnologia e Mercado, são características dominantes da globalização, que têm na Integração e Interdependência, os meios implementadores.

Um cenário previsível para o Século XXI é a da constituição dos Estados Continentais. A CEE transacionará efetivamente com o NAFTA. O MERCOSUL fortalecerá o comércio com a ASEAN. A CEI intensificará o comércio com o PACITO ANDINO, e assim em diante.

Os organismos internacionais, de atores coadjuvantes nas relações internacionais, no Século XX, passarão a atores principais, no século XXI.

O Direito Internacional suplantará em importância o Direito Interno, na medida em que a vontade individual cederá lugar para a vontade coletiva, na Comunidade de Nações.

Enfim, a problemática internacional subterde a utilização da competitividade, complementaridade e interdependência, nas relações internacionais. Assim pensamos●

* FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA é professor de Economia Internacional DECON/UFPI e Economia Política do DCJ/UFPI. Mestre em Relações Internacionais e Doutorando em Integração Econômica. Escritor e Jornalista Colaborador. Exerceu diversos cargos de direção na Administração Superior da UFPI e no Ministério da Educação e Desporto, em Brasília, DF.

INFORMES

A inflação do teresinense, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida)-Teresina, registrou alta no mês de julho apresentando uma variação positiva de 1,31%. O percentual acumulado nos últimos 12 meses é de 8,45%. A pesquisa, realizada pela Fundação CEPRO, constatou que além dos combustíveis (gasolina, álcool e gás de cozinha) que foram os principais indutores da elevação do índice do mês de julho, observou-se significativo aumento nos produtos de limpeza (+2,00%), artigos de vestuário, notadamente roupas de mulheres (+2,07%) e crianças (+2,93%) e remédios (+2,67%).

O custo da Cesta Básica, também calculado e divulgado sistematicamente pela Fundação CEPRO, para o mês de julho do corrente ano, foi de R\$ 80,99, registrando uma deflação em relação ao mês anterior de 0,95%. Para os pesquisadores da Fundação CEPRO, esta deflação verificada nos preços dos produtos componentes da cesta básica, justifica-se pelo fato de que produtos como: tomate, farinha de mandioca, óleo vegetal e carne bovina terem apresentado deflações na ordem de 5,32%, 2,60%, 2,25% e 1,50%, respectivamente. Por outro lado, é importante ressaltar os significativos aumentos de preços registrados em açúcar cristal (+11,21%) e feijão (+4,06%).

Fonte: Fundação CEPRO